

## POVO XUKURU DO ORORUBÁ: História, Agricultura e Restauração de Áreas Degradadas

### XUKURU OF ORORUBÁ INDEGENOUS PEOPLE: History, Agriculture and Restoration of Degraded Areas

Laís Deosdede da Silva<sup>1</sup>  
Edson Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Buscamos analisar a partir da História e das práticas agrícolas ancestrais do povo Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção/PE, o processo de restauração florestal nas áreas degradadas na Serra do Ororubá, território indígena, situação provocada pela implantação da agricultura convencional e a pecuária extensiva desde o período de colonização na região no século XVII e a agroindústria no século XX.

**Palavras-chaves:** povo Xukuru do Ororubá, agricultura, semiárido.

**Abstract:** We seek to analyze, based on the history and ancestral agricultural practices of the Xukuru people of Ororubá, inhabitants of Pesqueira and Poção, Pernambuco, the process of forest restoration in degraded areas of the Serra do Ororubá indigenous territory, a situation caused by the introduction of conventional agriculture and extensive livestock farming since the colonial period in the region in the 17th century and the rise of agroindustry in the 20th century.

**Keywords:** Xukuru of Ororubá Indigenous people, agriculture, semiarid region.

#### *Introdução*

Atualmente, ao transitar pela região do Agreste pernambucano é comum — embora não ideal — nos depararmos com vastas áreas destinadas a pecuária extensiva, campos degradados desprovidos de vegetação nativa, fissuras nas estruturas do solo e evidências de erosão acelerada, tudo isso como consequência das atividades antrópicas. Também observamos consideráveis extensões de pastagens delimitadas por estradas e cercas de arame farpado.

Esses cenários são vestígios palpáveis dos impactos ambientais refletindo com a supressão dos recursos naturais em uma região que foi e, continua a ser moldada, de forma predatória após o longo processo de colonização, cujas influências ainda permanecem latentes no cotidiano. São nos detalhes, que, à princípio, se mostram inofensivos, provocando um sentimento de que “sempre existiu” e/ou “sempre esteve ali”, onde um

---

<sup>1</sup> Bacharela em Engenharia Florestal, pela UFRPE, atualmente mestranda no PGH/UFRPE, realizando a pesquisa intitulada: “Povo Xukuru do Ororubá: História, memórias e relações socioambientais”, sobre a orientação do Prof. Dr. Edson Silva; e-mail: [laisdeosdedesilva@gmail.com](mailto:laisdeosdedesilva@gmail.com); link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/3921855854247393>; ORCID-id : <https://orcid.org/0009-0005-1637-6795>

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela UNICAMP. Professor Titular de História da UFPE; E-mail: [edsonsilva@capufpe.com](mailto:edsonsilva@capufpe.com); link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/9552532754817586>; ORCID-id: <https://orcid.org/0000-0002-6213-9927>

olhar mais aguçado sobre a história do Agreste pernambucano, a partir da colonização no século XVII e as demandas atuais dos povos indígenas no Nordeste questionam as estruturas socioambientais.

Ao analisarmos, as características morfológicas distinguindo o boi da fauna e da flora nativas na Região Nordeste, constatamos que o bovino é um “elefante branco” no domínio morfoclimático nas Caatingas. Nesse contexto, é possível afirmar que o boi, o monocultivo e as cercas de arame farpado, sustentadas pelas estacas de madeiras nativas, impostos pelas invasões nos territórios indígenas, constituem os marcos decisivos nas paisagens naturais na Região Nordeste (Vasconcelos, 2005; Andrade, 1980). Lamentavelmente, cenários inseridos, em alguns casos, nos limites, e/ou margeando, as unidades de conservação, os territórios indígenas e os territórios quilombolas<sup>i</sup>.

Existindo uma ansiedade latente, amplamente disseminada pela mídia, as produções acadêmicas e, possivelmente - mesmo que custe acreditar - fomentada pelo “sentimento de culpa” manifestada nas seguintes questões: “Qual será o futuro da humanidade? O que podemos fazer para reverter a situação?”. No entanto, afirmamos que limitar-se a analisar, descrever e quantificar os resultados das catástrofes ambientais não provocará ações práticas no sentido de reverter o que, talvez seja irreversível.

Os impactos ambientais atuais são reflexos sobre como as práticas socioculturais, a sociedade, as narrativas das memórias hegemônicas e as estruturas socioeconômicas se moldaram a ideia de “ordem e progresso” do Capitalismo interagindo com o Ambiente, sem considerar outras perspectivas como possibilidades.

Deveríamos nos orgulhar de uma taxa de crescimento econômico — o PIB — Produto Interno Bruto — nacional — que se estabelece por meio de práticas degradando a Natureza e comprometendo os atores sociais que dela dependem diretamente? Após séculos de colonização e violência contra os povos tradicionais no Brasil, estamos reconhecendo os direitos socioambientais dos povos indígenas ou apenas buscando replicar modelos econômicos insustentáveis, ignorando os limites impostos pelos recursos naturais? São questões provocadas nesse texto, esperando que o/a leitor/a seja estimulado/a a buscar respostas, e assim, exercendo o compromisso sociopolítico com os povos indígenas no Nordeste.

### *Os “Tapuias” e a invasão colonial no Semiárido em Pernambuco no século XVII*

O período histórico caracterizado por maiores enfrentamentos, violências, e guerras desiguais — entre os colonizadores e os povos indígenas na região do atual

Nordeste, ocorridos entre 1650 e 1720 — foi denominado pela historiografia do século XX como a Guerra dos Bárbaros<sup>2</sup>. No entanto, ao analisarmos o termo e os eventos como foram descritos nas produções historiográficas especializadas, questionamos: quem seriam os “bárbaros”? Os povos indígenas no Nordeste, mobilizados para defender seus territórios e expressões socioculturais, ou os colonizadores europeus responsáveis por investidas violentas fomentadas pela Coroa Portuguesa?

A pressão demográfica na região litorânea da Capitania de Pernambuco, a suposta “escassez” de terras adequadas à criação de gado e à implantação de novas culturas agrícolas exóticas, além da vasta presença de cana-de-açúcar nos extensos plantios na costa, foram fatores mobilizadores para que donos de engenhos pressionarem a Coroa portuguesa pela concessão de sesmarias<sup>3</sup> no interior. Em resposta a essas demandas, com o objetivo primordial de fomentar a pecuária e a agricultura, a Coroa Portuguesa concedeu amplas porções de terra a alguns latifundiários (Silva, 2008).

(...) em diversas ocasiões, governadores, senhores de engenho e conselhos municipais convocaram sertanistas de São Paulo para empreender campanhas de “desinfestação” contra as populações revoltadas. Acenando com sedutoras promessas de títulos honoríficos, terras e até dinheiro, os paulistas eram mobilizados para servir, por determinados períodos, de mercenários. Conhecidos por suas atividades guerreiras nos sertões, os paulistas já haviam recebido convite para participar do conflito luso-holandês no final da década de 1640 (Monteiro, 1995, p.118).

Com as missões religiosas e as incursões nos sertões, os colonizadores enfrentaram a resistência das populações indígenas. Os povos nativos foram retratados como selvagens, hostis e bárbaros. Os chamados “tapuias” deveriam ser submetidos à escravidão e catequese, para servir como força de trabalho nas fazendas de gado, plantações e exploração dos recursos naturais na região.

O processo de invasão/colonização nos sertões, habitados pelos “Sucurus”, iniciou em 1654, após o Rei de Portugal realizar doações de sesmarias de terras para os latifundiários ocupando o litoral. Em 1661, partindo de Limoeiro, sob a responsabilidade do padre João Duarte de Sacramento, uma das primeiras missões religiosas da Congregação Católica dos Oratorianos foi estabelecida na Serra do Ororubá para aldear e catequisar os indígenas na região. No entanto, a tentativa não obteve êxito, pois muitos indígenas aldeados faleceram após um grave surto de varíola (Silva, 2008). Mas, naquele mesmo ano, o Governador-Geral da Capitania de Pernambuco, anunciou o “sucesso” em “amansar” os indígenas nos chamados sertões.

Contudo, é importante considerar que apesar dos episódios de combates e resistência indígena contra os colonizadores ao longo do século XVII, as palavras do Governador-Geral e o projeto de apagamento histórico não se concretizaram totalmente. Os indígenas em Pernambuco e no Nordeste, continuam afirmando as expressões socioculturais até os dias atuais. A memória biocultural<sup>4</sup> emergindo, assim, como forma de resistência e afirmação de vivências históricas (Toledo; Narcisso-Barrols, 2015).

Em 1671, o Padre João Duarte de Sacramento fundou o Aldeamento Ararobá de Nossa Senhora das Montanhas. E em 1762, o referido aldeamento foi elevado à categoria de Vila de Cimbres. A alteração na denominação e, por conseguinte, na estrutura política e administrativa da localidade, ocorreu seguindo à legislação portuguesa em vigor na época, o chamado Diretório do Marquês de Pombal, que orientou a mudança nos nomes dos aldeamentos indígenas. No século XIX, mais precisamente em 1880, a Vila de Cimbres foi incorporada como distrito ao município de Pesqueira (Silva, 2008).

A Carta Régia de 1798 aboliu o Diretório de Pombal, ocasionando no reconhecimento dos aldeamentos indígenas, mas paralelamente incentivou a invasão dos territórios. A obrigatoriedade sobre o trabalho indígena compulsório, o pagamento de dízimos a Igreja Católica através da produção agrícola, e a proibição posta aos indígenas de não praticarem suas expressões socioculturais e religiosas continuaram e, paralelamente, também, o descaso perante as demandas dos indígenas na região Nordeste (Bezerra, 2020; Silva 2008).

O “Regulamento das missões de catequese e civilização indígenas” promulgado em 1845 pelo Governo Imperial, tinha como objetivo reestabelecer os aldeamentos com o intuito de “civilizar” os indígenas seguindo os moldes religiosos e educacionais dos missionários católicos. A responsabilidade administrativa das aldeias, e a depender da situação, os missionários assumiriam o cargo de diretores de índios. Contextos, temporalidades e cenários sociopolíticos distintos, em relação aos do século XVII e do Diretório pombalino, porém, a Igreja Católica, retornava aos aldeamentos sobre a jurisdição do Governo Imperial (Bezerra, 2020).

Cinco anos após a implementação do Regulamento das Missões, a Lei de Terras era promulgada, no ano de 1850. Os proprietários rurais tinham que regulamentar a posse de suas áreas. Os invasores – latifundiários - se aproveitando da situação, apresentavam documentos onde detinham a comprovação de posse de alguns aldeamentos. O Governo Imperial extinguiu os aldeamentos após as violências geradas pelas divergências das informações, legitimando, assim, novamente, a invasão dos territórios indígenas (Silva, 2008; Oliveira, 2007).

A instalação das fazendas de gado na Serra do Ararobá, o suposto sucesso na domesticação dos chamados Tapuias, o comércio de bovinos, a agricultura convencional, a localização estratégica, as condições climáticas e a disponibilidade de recursos naturais nas terras, no Aldeamento Ararobá, posteriormente transformado em Vila de Cimbres, foram fatores essenciais para a manutenção da missão religiosa dos Oratorianos. A subsistência diária das fazendas de gado e as plantações somente foram possíveis com a mão de obra indígena escravizada e à supressão descontrolada da vegetação nativa. A invasão e exploração dos recursos naturais nas terras indígenas foram legitimadas por meio de estratégias políticas da Coroa Portuguesa.

*O Agreste e o território ancestral Xukuru do Ororubá.*

Como mencionado, após a introdução e expansão da cana-de-açúcar na região litorânea da Capitania de Pernambuco, a área do atual Semiárido pernambucano, especificamente o Agreste, foi destinada à criação de gado e à agricultura convencional desde os primeiros anos da colonização portuguesa. Nesse contexto, essa região continua, até os dias atuais, desempenhando um papel fundamental na produção e o abastecimento de produtos alimentícios no estado de Pernambuco (Araújo, 2021).

O Agreste pernambucano, região onde se localizam a Serra do Ororubá e o Território Indígena Xukuru do Ororubá, apresenta um domínio florístico, topográfico e de variáveis climáticas compartilhando semelhanças com os biomas Mata Atlântica e a Caatinga, compondo ainda, uma porção da ecorregião no Planalto da Borborema<sup>5</sup>. As características morfoclimáticas, fitogeográficas e a localização estratégica do Brejo de Altitude<sup>6</sup> onde se insere a Serra do Ororubá, influenciaram bastante as atividades dos colonizadores ao longo do século XVII e, posteriormente, a agroindustrial de doces, conservas e laticínios a partir do início do século XX. As rotas comerciais foram traçadas pelos viajantes nos sertões, uma vez que aquela localidade se configurava como um dos poucos locais onde se encontrava um clima ameno, em meio a aridez na região (Vieira, 2022).

E dessa forma,

No geral, as características ambientais são semelhantes a outras áreas secas no Nordeste, exceto no enclave de florestas serranas, com altitudes superiores aos 800m, onde a composição floristas e os solos são distintos, em função da maior umidade. O efeito de ilha úmida teve implicações históricas importantes para as atividades agropastoris naquela área, sendo até a atualidade de grande importância para a

diferenciação de atividades produtivas da agricultura Xukuru do Ororubá (Araújo, 2021, p. 104).

O território indígena Xukuru do Ororubá, homologado desde 2001, abrange uma área total de 27.555 hectares, localizada entre os municípios de Pesqueira e Poção (PE). Esse território é composto por 24 aldeias e distante a 215 km da capital pernambucana, Recife (Leal; Andrade, 2012). Atualmente, nem todos os indígenas Xukuru do Ororubá residem nos limites do território demarcado, muitos habitam as áreas urbanas. Contudo, isso não os impede de participarem ativamente e/ou eventualmente em rituais e festividades, importantes na afirmação das memórias sociocultural e histórica do povo indígena (Garcia, 2022).

Ao considerar os 22.728 indivíduos que se autodeclararam indígenas no município de Pesqueira (PE), os Xukuru do Ororubá constaram como a maior população indígena no estado de Pernambuco, conferindo à Pesqueira o município com a 6ª maior população indígena no Brasil (IBGE, 2022). O conceito de território para os Xukuru do Ororubá foi descrito no cartaz elaborado pelos indígenas e transcrito pelo pesquisador João Vieira:

Para nós Xukuru, o território é fonte de inspiração, sabedoria e produção de conhecimentos, sendo um espaço histórico de lutas, conquistas e resistências, representando assim a memória viva do povo, pois é no solo sagrado que as ideias coletivas se materializam através da orientação dos nossos encantados. O território não é um espaço de disputas de poder, mas de união das forças para o fortalecimento da identidade étnica. É a moradia dos nossos antepassados, da nossa geração e das gerações futuras, onde são cultivadas nossas crenças e tradições. Nele o povo sente a perspectiva de pertencimento mútuo. Portanto, no território Xukuru interagimos com a Mãe Terra, respeitando os elementos que a constitui, pois como afirma o guerreiro Mandaru, 'a água é o sangue da terra, as pedras são os ossos da terra, as matas são os cabelos da terra. Neste sentido, precisamos proteger, cuidar e respeitar a Natureza Sagrada (Vieira, 2022, p. 27).

Portanto, o conceito de território para os indígenas transcende os limites geográficos dos 27.555 hectares. Para os indígenas, o território não se resume a uma área delimitada, mas envolve um profundo sentimento de pertencimento e interações contínuas com a Natureza. Esse vínculo estabelecido por meio de relações socioambientais horizontais e circulares<sup>7</sup>, nas quais os conhecimentos são construídos diariamente a partir da observação e a compreensão das variáveis ambientais e seus componentes. A cosmovisão indígena Xukuru do Ororubá, não compartilha do conceito hegemônico colonizador e antropocêntrico de Natureza e território (Vieira, 2022).

Dois fatores - as missões religiosas ocorridas entre os séculos XVII e XVIII; e no século XXI a agência indigenista oficial (FUNAI) - contribuintes para o processo de

territorialização<sup>8</sup>, ambos descritos pelo antropólogo João Pacheco (2004). Os Xukuru do Ororubá, atualmente, reestabelecem através da organização coletiva interconexões entre os conhecimentos ancestrais estruturados nas memórias biocultural.

*A agricultura convencional, o boi e os impactos socioambientais.*

A introdução do criatório do boi e o monocultivo agrícola, a exploração madeireira ilegal ocorreram sem permissão para adentrar nas terras indígenas. Os cenários, as paisagens naturais e os respectivos atores sociais foram reconfigurados em benefício exclusivo dos grandes latifundiários. A criação de gado, e as expressões socioculturais, associadas à pecuária extensiva — a pega-de-boi<sup>9</sup> e o “caboclo”, essa uma denominação utilizada para negar a identidade indígena, como vaqueiro — deixaram marcas profundas e evidentes nas atuais relações socioambientais entre o povo Xukuru Ororubá e a Natureza.

Esse modelo atuando como um agente voraz e eficiente na degradação ambiental<sup>10</sup> das paisagens naturais que outrora compunham o território. Desde a invasão colonial e com a implantação de fazendas de gado na Serra do Ororubá, no final do século XVII, até os dias atuais, os impactos são constantes e visíveis (Vieira, 2022).

O agronegócio vem sendo responsável por uma parte considerável da invasão e degradação nos territórios indígenas no Brasil. Em 2023, apesar de representar apenas 7,2% do PIB nacional, abaixo apenas do setor de Serviços (70,9%), e industrial (22,5%), foi o setor com o maior índice de crescimento do PIB no Brasil, com 44,7%. Esses valores refletem a capacidade produtiva do agronegócio nas áreas e regiões onde ocorre (IBGE, 2024).

A retirada da cobertura vegetal do solo, é um dos primeiros processos técnicos utilizados pelos chamados produtores rurais (latifundiários) para instalar as áreas de pastagem e monocultivo. Prática provocando a movimentação de moléculas de CO<sub>2</sub> para a atmosfera, com a diminuição da concentração de nutrientes essenciais para a nutrição e pleno crescimento das plantas, aceleração do processo de erosão solos, desertificação, alterações nos índices pluviométricos, umidade relativa do ar, luminosidade, insolação e temperatura (Sampaio, *et. al.* 2010).

E assim,

(...) o processo parece progredir em fases: 1) a degradação do solo em uma certa área; 2) a redução da capacidade produtiva da agropecuária nesta área; 3) a redução da renda agropecuária; e 4) a deterioração das

condições sociais da população da área. A desertificação é plenamente caracterizada quando as quatro fases estão presentes e o ciclo vicioso faz com que uma reforce as seguintes. Nem sempre elas vão coexistir e a análise fica mais complicada (Sampaio, *et.al.*, 2010, p. 95).

No caso do Semiárido pernambucano, devido a localização geográfica no qual os citados índices, naturalmente são elevados em relação às regiões mais afastadas dos trópicos, as consequências da supressão exploratória da cobertura vegetal nativa é preocupante e atinge diretamente o patrimônio biocultural<sup>11</sup> dos povos indígenas na região. A agricultura convencional e a pecuária extensiva, intensificada durante a agroindústria no município de Pesqueira, a partir do início do século XX interferiram nas variáveis morfoclimáticas e fitogeográficas na região.

O Semiárido Nordestino, com uma área em torno de 1 milhão de km<sup>2</sup> e uma população de cerca de 20 milhões de habitantes, é um dos maiores e mais densamente habitados do mundo. Quase metade desta população ainda é rural e tem as rendas médias mais baixas do Brasil, assim como reúne os piores indicadores econômicos e sociais do país. Como Semiárido, a região tem precipitações anuais baixas e muito variáveis, no espaço e no tempo, e evapotranspirações permanentemente altas. As consequências desta combinação de fatores têm sido o elevado risco da atividade agropecuária, o nível tecnológico muito baixo e a contínua degradação ambiental, muitas vezes lenta e insidiosa, acumulada nos 300 anos de exploração inadequada (Sampaio, *et. al.*, 2010, p 90).

Durante o século XX, as fornalhas e caldeiras das fábricas de doces, conservas e laticínios localizadas na área urbana de Pesqueira, os fogões de estabelecimentos comerciais e residências, eram abastecidas com lenhas retiradas a partir da exploração florestal de espécies nativas<sup>12</sup> na Serra do Ororubá. Os remanescentes florestais de vegetação nativa ao destacarem-se entre os vastos plantios de tomate, goiaba, café, e outras frutas, eram facilmente identificáveis como novas áreas propícias para o exercício da degradação ambiental (Sette, 1956).

Na região da Serra, os sítios<sup>13</sup> e roçados pertencentes as poucas famílias Xukuru, os plantios destinados à subsistência, e o território sagrado, dividiam – injustamente – o espaço natural com os novos componentes paisagísticos do Ambiente. (Sette, 1956). Os sítios e roçados dos indígenas Xukuru na Serra do Ororubá, eram vendidos, comprados a preços baixíssimos, e/ou tomados a força pelos latifundiários da região. O indígena Xukuru, Gercino Balbino da Silva, em relato oral na entrevista concedida ao pesquisador Edson Silva (2023) descreveu, a situação de famílias indígenas no período:

(...) aqueles, os índios que tinham um pedacinho de terra, aí foram apertando, os fazendeiros foram apertando, foram apertando e eles tudo

de boca aberta, nem davam o roçado, nem arrendava e nem nada. Eu compro seu pedacinho de terra e eles besta comprava, vendia ou vendia. Vou sair daqui que doutor fulano vai tomar conta disso aqui e depois pode dele não querer pagar e nós perde, vendiam. Vendiam e iam pra rua e outros ia s'imbora, por aí, vivia por esses cantos (Gercino Balbino da Silva, Aldeia Pedra d'Água, 2004).

Se durante o período da colonização portuguesa no século XVII no território indígena Xukuru do Ororubá, as fazendas de gado e o desmatamento de vegetação natural nativa eram “justificadas” sob o pretexto de novas áreas para implantação de pastagens para gado como alternativa para o “crescimento demográfico na região litorânea”, duas novas variáveis podem ser consideradas importantes a partir do século XX: a exploração florestal de madeiras nativas para atender a demanda energética das fábricas, estabelecimentos comerciais e residenciais no contexto urbano do município de Pesqueira; e, também, madeiras para caldeiras das locomotivas à vapor (Sette, 1956; Silva, 2008). Seriam as duas novas variáveis apresentadas acima, as responsáveis por sinalizar a chegada do “progresso”, baseando-se no modelo de revolução inglesa na região do Agreste pernambucano.

As estratégias “apresentadas” pelos latifundiários invasores e donos de fábricas para os indígenas Xukuru, eram: trabalhar como operários; na exploração dos recursos florestais, na manutenção das fazendas de gado, no manejo agrícola das espécies vegetais exóticas. Ou migrarem para o “Sul”<sup>14</sup> em busca de oportunidades no plantio e colheita de cana-de-açúcar. (Silva, 2008).

Os trabalhadores nas fábricas grande maioria eram indígenas Xukuru do Ororubá. Após terem seu território invadido, as áreas de cultivo agrícola reduzidas e/ou suprimidas totalmente pela agricultura convencional e a pecuária extensiva, as relações socioambientais foram impactadas pelas estratégias agrícolas intrínsecas no modelo convencional de cultivo.

As longas e desgastantes jornadas de trabalho foram lembradas em entrevistas realizadas com idosas/os Xukuru do Ororubá, que trabalharam nas fábricas e nas atividades agrícolas. O trabalho alugado nas terras da Serra do Ororubá e as “viradas”<sup>15</sup> nas fábricas de doces, conservas e laticínios, eram práticas constantes no período de atividade das indústrias alimentícias na cidade (Silva, 2023; 2008).

Era muita gente que trabalhava na fábrica Peixe, mas era índio, tudo índio daqui da Serra. Era de vinte, trinta, vinte. Era de vinte, de quinze pra lá que ia. Toda viagem que ia pra fábrica Peixe toda noite. Mas eles iam fazer sabe o que? Iam trabalhar a noite. Num era trabalhador fichado não. Iam carregar coisas nas costas, tomate. Descarregar caminhão todo, que era a fábrica Peixe lutava com cento e tanto

caminhão, viu! Carregando tomate. Era aquela fila de caminhão como daqui lá na Igreja. Pegava do Prado (bairro) a fábrica Peixe. Pegava lá debaixo da Igreja prá cima um pouco. Da Igreja da Catedral. Ali tudo era cheio de carro, caminhão pra descarregar. Cada um junto assim. Ia trabalhar, chegavam todo melado. Trabalhava a noite. Só que eles davam café, né, davam pão da noite. Mas toda noite que viesse, marcavam tudo nisso (Cícero Pereira de Araújo, “Seu Ciço Pereira”, *Apud* Silva, 2008)

Independente das opções citadas, os indígenas Xukuru do Ororubá continuavam sendo a mão-de-obra essencial para o estabelecimento, manejo e funcionamento de modelos econômicos e agrícolas, baseadas na exploração no seu território invadido, com exceção das migrações para o “Sul”. E nos períodos de estiagem, alguns indígenas Xukuru do Ororubá eram obrigados a migrarem para o “Sul”, buscando trabalho e melhores condições de vida nas atividades de plantio e colheita de cana-de-açúcar (Andrade, 1980). Os latifundiários — invasores — se aproveitavam desse movimento migratório dos indígenas Xukuru do Ororubá para se apossarem das propriedades. Segundo Silva (2008) os indígenas relataram que os terrenos das propriedades, também, eram utilizados como garantia pelos fazendeiros ao emprestarem dinheiro para os indígenas seguirem viagem.

Não bastava a invasão das terras, a degradação ambiental, e a tentativa — falha — de apagamento histórico dos indígenas. Os latifundiários reproduziam o descaso e a falta de responsabilidade com o meio ambiente na Serra do Ororubá, através de como estabeleciam as relações trabalhistas com os indígenas Xukuru do Ororubá. Até os dias atuais, é evidente, identificar os resquícios históricos e coloniais da exploração da mão-de-obra indígena na região, em benefício unilateral dos grandes produtores.

Em 1907, a estrada de ferro alcançou o município de Pesqueira. As locomotivas dos trens realizando viagens entre Pesqueira e Recife, eram abastecidas com a lenhas de madeiras nativas exploradas na Serra do Ororubá. Os investimentos na região socioeconômica de Pesqueira impulsionaram, não somente, as atividades agrícolas das fábricas, escoando a produção dos manufaturados para a capital Recife. Mas, a necessidade pela fonte energética necessária para os trens resultara, no segundo agravante, relacionado ao desmatamento e a degradação dos recursos naturais na Serra do Ororubá (Sette, 1956).

Dessa forma, o aumento no fluxo de produção de alimento nas fábricas e a rapidez no escoamento dos produtos manufaturados para a capital Recife, devem ser correlacionados ao índice de desmatamento florestal provocado na capacidade de produção do modelo convencional de agricultura imposto no território, considerando a

constante de capacidade natural de regeneração das espécies vegetais e dos recursos ambientais presentes nessas áreas.

Os modelos econômicos — insustentáveis — à longo prazo sobre o Ambiente, a agricultura convencional e a pecuária extensiva, apenas foram ressignificados pelas novas tecnologias, necessidades e demandas do mercado alimentício. Citando como exemplos de estratégias políticas utilizadas pelos invasores para legitimar a degradação no território Xukuru do Ororubá: a missão do Ararobá em 1671; a elevação do antigo Aldeamento Ararobá em 1762 a categoria de Vila de Cimbres; a abolição do Diretório de Pombal pela Carta Régia em 1798; a instituição em 1845 da Diretoria Geral dos Índios no território e a promulgação do “Regimento das Missões”; e em 1850 a promulgação da Lei de Terras (Silva; Barros, 2022).

A morada dos Encantados - as matas, os rios e as pedras – possuíam outro significado para o “*Homo sapiens economicus*”<sup>16</sup>. O patrimônio biocultural do povo Xukuru do Ororubá, aos olhos do colonizador, detinham valor econômico e energético. A matéria-prima necessária para abastecer as caldeiras, locomotivas, fornos domésticos e as fábricas. A paisagem natural, a cosmovisão dos indígenas Xukuru do Ororubá e as experiências reais dos atores sociais no seu território, novamente influenciavam a afirmação da identidade étnica Xukuru do Ororubá, em relação a sociedade hegemônica.

Atualmente, quando acessado o território e estabelecidos diálogos com os indígenas agricultores na Serra do Ororubá, é notório o desagrado de alguns deles em relação aos danos provocados pelo gado nas áreas de cultivo alimentar. Lamentavelmente, ainda sendo necessário cercar com arame farpado as áreas destinadas ao cultivo de espécies vegetais e as áreas ao redor dos terreiros para dançar o Toré<sup>17</sup>, com o propósito de evitar que o gado danifique os roçados ou crie trilhas nas matas fechadas da Caatinga, circundando os espaços para o Toré (Vieira, 2022).

#### *A agricultura sagrada e a recuperação das áreas degradadas.*

A relação de Bem Viver<sup>18</sup> entre a agricultura, o território e a Natureza sagrada são fundamentais para a identidade dos indígenas Xukuru do Ororubá. Após os episódios de mobilizações no processo de retomada das terras invadidas pelos fazendeiros, iniciado em 1992, sob a liderança de Francisco de Assis Araújo, conhecido como Cacique “Xicão” e a homologação do território em 2001, emergiu a necessidade, por parte de alguns indígenas agricultores, em (re)descobrir o território e ressignificar os caminhos

anteriormente impostos pela agricultura convencional implantada pelos latifundiários invasores.

Para que determinados povos indígenas agricultores pudessem romper com os sistemas agrícolas impostos pelos colonizadores e invasores, a educação territorial, a religião e os conhecimentos relacionados aos Encantados - os espíritos dos indígenas que após falecidos residem nas matas, nas pedras, nas águas e continuam a orientar, dialogar e estabelecer conexões com o povo Xukuru do Ororubá nos rituais religiosos - foram muito importantes no processo de retomada da agricultura ancestral nos territórios habitados. A terra, enquanto bem coletivo do povo Xukuru do Ororubá, não apenas para produção de alimentos, mas também os produtos de cura gerados pelo cultivo, os quais devem ser compartilhados de maneira comunitária, como princípio essencial à concepção de vida em coletividade e ao fortalecimento das práticas socioculturais e espirituais (Araújo, 2021).

O coletivo Jupago Kreká, em parceria com o CAXO da Boa Vista (Centro de Agricultura Xukuru do Ororubá), promove práticas pedagógicas para à educação indígena, à preservação territorial, à retomada da agricultura sagrada e à conscientização dos indígenas agricultores acerca das implicações do uso de agrotóxicos nos roçados.

Entre as atividades do coletivo Jupago Kreká, contribuindo de maneira prática para a recuperação das áreas degradadas no território indígena Xukuru do Ororubá, destacamos: a coleta de sementes de árvores nativas; a produção de mudas de espécies arbóreas nativas, seguidas do plantio e distribuição entre os indígenas agricultores Xukuru; o reflorestamento de áreas de mata ciliar ao redor das nascentes e cursos de rios; o manejo de plantas ameaçadas de extinção, com o mapeamento dos locais das árvores matrizes; a produção de compostagem destinada à agricultura orgânica, para a melhoria da qualidade do solo e a disponibilidade de nutrientes; e, por fim, a manutenção do banco de sementes da Casa de Semente Mãe Zenilda Xukuru (Araújo, 2022).

O ato de plantar traduz conceitos de renovação da vida, de conexão com a Natureza, entre outros. É nessa concepção de agricultura que se situa a cultura do encantamento praticada no CAXO da Boa Vista. A agricultura do Sagrado, como promotora da cultura do encantamento, compõe um aspecto importante da identidade do povo Xukuru do Ororubá, unindo as próprias práticas agrícolas e religiosas, bem como a indianidade e o território da etnia. Além disso, cada um desses âmbitos concatena-se de modo único, como um circuito de relações e significados, contribuindo para a complexidade e riqueza da atividade referida (Vieira, 2022, p. 75).

A agricultura do sagrado<sup>19</sup>, garante a subsistência, segurança alimentar, cura espiritual, e indiretamente, fonte de renda (através da venda de produtos agrícolas nas

idades de Pesqueira e Arcoverde-PE). Mas, principalmente, é uma forma de fortalecimento das memórias coletivas e as relações socioambientais após o processo de retomadas das terras dos fazendeiros pelos indígenas.

Sendo uma maneira de regredir os danos provocados, pela pecuária extensiva dos latifundiários invasores no território. Os Encantados, exercem papel fundamental na orientação de como, quando e onde devem ser cuidados os recursos naturais. Pois, de acordo com a cosmovisão do povo Xukuru do Ororubá, as matas, as pedras e os rios são locais de moradias dos Encantados.

### *Considerações finais*

A longa duração<sup>20</sup> do processo de invasão e colonização nas regiões habitadas pelos povos indígenas no Nordeste, modificaram além das paisagens naturais e os componentes ambientais, as relações socioambientais dos indígenas com o espaço geográfico e as variáveis ambientais. Em contraponto, a visão cosmológica de pertencimento dos povos indígenas em relação a Natureza e aos significados do território, as atividades econômicas coloniais baseadas na exploração unilateral em benefício do fortalecimento da economia portuguesa, não consideraram como prioridade a capacidade de restauração das áreas antes cobertas por vegetação nativa.

A agricultura do sagrado no território pelos indígenas considerando os ensinamentos dos Encantados, refletem uma relação profunda com as memórias bioculturais, as expressões socioculturais. Os conhecimentos tradicionais, embora passíveis de transformações, se entrelaçam com a história do povo Xukuru do Ororubá, constituindo se, simultaneamente, como pilares de resistência e afirmação dos processos de protagonismos históricos.

Ao incentivar, elaborar e pôr em prática políticas públicas assegurando a autonomia dos povos indígenas em relação aos seus territórios, estamos contribuindo com as memórias biocultural. Nesse contexto, é fundamental admitir que o modelo convencional de agronegócio e as inovações tecnológicas não dialogam de forma compatível com a valorização dos conhecimentos tradicionais, os territórios e os patrimônios bioculturais.

As questões ambientais, enfrentadas pelos povos indígenas no Nordeste, emergiram a partir do desequilíbrio nas relações socioambientais e em todo o país provocaram transformações significativas. O “desequilíbrio social e desequilíbrio

ambiental são problemas que têm a mesma origem: a racionalidade predominantemente econômica” (Fernandes; Sampaio, 2008, p. 89).

Embora as causas subjacentes permaneçam, esses conflitos adquiriram novas dimensões, caracterizadas por estruturas políticas e sociais diferentes, além do uso de tecnologias avançadas, como drones, imagens de satélites e armas de precisão. Esses fatores são potencializados pelo financiamento de grandes bancos, com subsídios financeiros para a expansão das fronteiras agrícolas, apoiada pelos latifundiários, frequentemente responsáveis pela invasão nas terras indígenas (Barbosa, 2025).

As estratégias e ferramentas sociopolíticas expandiram para perpetuar o apagamento dos povos originários no Nordeste, com o objetivo de continuar as violências contra as populações indígenas. É importante discutir o contexto natural e as interações com a natureza humana por meio da articulação de símbolos e as expressões socioculturais, adaptando-se e apropriando-se de novas formas de pesquisa, métodos e técnicas.

Este processo é fundamental para o enfrentamento de práticas persistindo nos espaços sociais de decisão e influências políticas, para garantir o reconhecimento e a proteção das memórias e os territórios dos povos indígenas. A preservação dessas narrativas e o reconhecimento dos territórios para a afirmação dos direitos e a dignidade dos nativos.

O reapropriação do território indígena ancestral, aliado à busca pela regeneração dos recursos naturais afetados com as mudanças impostas pelas atividades agrícolas sobre as paisagens e os indígenas na Serra do Ororubá, evidenciam a continuidade dos protagonismos do povo Xukuru do Ororubá reafirmando a presença ativa e decisiva dos indígenas na construção da trajetória histórica.

## Referências

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo, LECH, 1980.

ARAÚJO, M. G. de. *Limolaygo Toype: território ancestral e agricultura indígena dos Xukuru do Ororubá em Pesqueira e Poção, Pernambuco*. 2021. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

BARBOSA, C. *Exclusivo: como bancos e dinheiro público financiam colapso da Amazônia. Samaúma*. 2025. Disponível em: <https://sumauma.com/exclusivo-como-bancos-e-dinheiro-publico-financiam-o-colapso-da-amazonia/> Acesso em: 13 mar. 2025.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo, Perspectiva, 2014, p.41-78.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. Curitiba: Editora UFPR. *Revista Desenvolvimento e meio ambiente*, n.18, p. 87-94, jul./dez. 2008.

GARCIA, A. D. V. *História e memória sobre o Bairro “Xukurus” em Pesqueira: subsídios para o ensino de História do município*. 2022. Dissertação (mestrado profissional em ensino de História. Universidade Federal de Pernambuco), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

GRUNEWALD, R. de A. *Toré: regime encantado dos índios do Nordeste*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2004.

SETTE, H. *Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais*. 1956. Tese (concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco), Recife, 1956.

**IBGE**. *Com alta recorde da agropecuária, PIB fecha 2023 em 2,9%*. Agência IBGE de Notícias, Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39306-com-alta-recorde-da-agropecuaria-pib-fecha-2023-em-2-9> . Acesso em: 12 dez. 2024.

IBF. *Árvores nativas e exóticas*. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/conteudo/especies-nativas-e-exoticas#:~:text=Esp%C3%A9cie%20Nativa%3A%20planta%20que%20%C3%A9,sua%20%C3%A1rea%20potencial%20de%20dispers%C3%A3o> . Acesso em: 13 de mar. 2025.

LEAL, C.; ANDRADE, L. E. (Orgs.). *Guerreiras: a força da mulher indígena*. Olinda: Centro Luiz Freire, 2012.

LIRA, D. B. de. *Os índios Xukuru do Ororubá na Ribeira do Ipojuca (Pesqueira/Poçoão): ambiente, memórias e história (1986-2010)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MEDEIROS, J. F. de; CESTARO, L. . Os brejos de altitude no contexto das áreas de exceção do Nordeste brasileiro. In: I WORKSHOP DE BIOGEOGRAFIA APLICADA. v. 4, n. especial, 2018.

MELO, J. I. M.; RODAL, M. J. N. Levantamento florístico de um trecho de floresta serrana no planalto de Garanhuns, estado de Pernambuco. *Acta Scientiarum: Biological Sciences*, Maringá, v.25. n 1, p. 173-178, jan./mar. 2003.

MONTEIRO, J. O sertanismo e a criação de uma força de trabalho. Cap. 7. Os anos finais da escravidão indígena. MONTEIRO, John, In: *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57-98; 209-226.

OLIVEIRA, J. P. de. *A viagem de volta: etnicidade, política, reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra capa/ Livraria LACED, 2004.

SILVA, E. Os índios na História e a História Ambiental no Semiárido pernambucano, Nordeste do Brasil. *Revista Mutirô*, v. II, nº II, 2021, p. 87-103.

SILVA, E.; BARROS, I. P. Povos Indígena Xukuru do Ororubá: uma história de mobilizações por afirmação de direitos. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol.13, n. 01, 2022, p. 395-423.

SILVA, E. Idosas/os Xukuru do Ororubá: memórias, experiências de vida e afirmação indígena no Semiárido pernambucano. *Revista Historiar*, vol. 15, n. 28, 2023, p. 45 -57.

SILVA, E. *Xukuru: memórias e histórias da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950 - 1980*. 2008. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SILVA, E. Povo Xukuru do Ororubá: história a partir das memórias de “Seu” Gercino. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, vol.18, 2008, p. 75 - 90.

SOBRINHO, V. *As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização*. Recife, Condepe, 2005.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2015.

RESENDE, A. S. de; CHAER, G. M. *Recuperação ambiental em áreas de produções de petróleo e gás em terra na Caatinga*. Embrapa Agrobiologia. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1135806/recuperacao-ambiental-em-areas-de-producao-de-petroleo-e-gas-em-terra-na-caatinga> Acesso em: 13 mar. 2025.

SAMPAIO, et al. *Impactos ambientais da agricultura no processo de desertificação no Nordeste do Brasil*. XXX CONGRESSO DE CIÊNCIA DO SOLO. São Paulo: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010, p.123-130.

VIEIRA, J. L. da S. *A agricultura do sagrado no fortalecimento da identidade territorial do povo Xukuru do Ororubá, Pesqueira e Poção-PE*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

Artigo recebido em: 16/03/2025

Artigo aprovado para publicação em: 26/05/2025

Editor (a) responsável: Guilherme Cardinale de Araujo

---

<sup>1</sup>A exemplo na Reserva Biológica da Serra Negra, localizada entre os municípios de Tacaratu, Floresta e Inajá, no Agreste pernambucano abrangendo também parte do território indígena do povo Pipipã.

<sup>2</sup> Livro publicado em 2002, proveniente da Tese de doutorado do historiador Pedro Puntoni.

<sup>3</sup>Medida de agrimensura de 6500m<sup>2</sup>, utilizada em Portugal e nas colônias no período colonial.

<sup>4</sup>Interconexão entre os conhecimentos de um povo tradicional sobre os recursos ambientais presentes e disponíveis na Natureza, as expressões socioculturais na formação da identidade étnica, a experiência humana, e os eventos históricos transmitidos ao longo das gerações.

<sup>5</sup>Ampla região serrana localizada no interior do Nordeste, também conhecida como “Serra da Borborema”, ou ainda “Planalto nordestino”

<sup>6</sup> Regiões com um alto índice de umidade durante o ano, alto índice pluviométrico, conhecidos como ilhas úmidas em relação ao clima Semiárido da região Agreste, altitude superior a 800m, formação florística constituída por árvores de grande porte e dossel superior alcançando até 20m.

<sup>7</sup> Conceito de estrutura organizacional circular.

<sup>8</sup> Termo elaborado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira e presente em seu livro “A viagem de volta” publicado em 2004.

<sup>9</sup> Prática semelhante a atual vaquejada esportiva, porém mais rústica. É amplamente praticada em regiões de vegetação nativa no Semiárido pernambucano. Dois ou mais vaqueiros, montados em cavalos, competem entre si, e contra os nuances das características ambientais da área, para derrubar o boi solto em fuga.

<sup>10</sup> Conjunto de técnicas e práticas agrícolas para recuperação da biodiversidade, reestruturação ecológica e atenuação dos impactos provocados por mudanças ambientais bruscas.

<sup>11</sup> Espécies vegetais nativas e/ou exóticas manejadas pelos indígenas, rituais religiosos, animais, bancos genéticos, e outros elementos que fortalecem a identidade étnica a partir dos conhecimentos tradicionais.

<sup>12</sup> Espécies de porte arbóreo que ocorrem naturalmente em um bioma, e/ou região. Adaptadas naturalmente ao solo, clima, disponibilidade de nutrientes e interação, direta ou indiretamente, com outros recursos naturais presentes.

<sup>13</sup> Locais de moradia de um grupo de famílias indígenas em lotes conjugados, proveniente dos ancestrais.

<sup>14</sup> Atual região da Zona da Mata Sul e regiões litorâneas no estado de Pernambuco. No artigo “Os Xukuru e o ‘Sul’: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas”, o autor Edson Silva abordou a partir de relatos orais dos indígenas Xukuru do Ororubá, esses movimentos migratórios.

<sup>15</sup> Serviços pesados realizado pelos trabalhadores nas fábricas no período noturno, em condições desgastantes sem os devidos direitos trabalhistas, nas atividades de carga e descarga de caixas de frutas e outros materiais dos caminhões.

<sup>16</sup> Gravura intitulada “Confrontação: o *Homo sapiens paradisiacus* e o *Homo sapiens economicus*” elaborada pelo artista Martius. Ao utilizar termo “*Homo sapiens economicus*”, buscamos distinguir as relações estabelecidas entre o colonizar e a Natureza, divergindo da relação entre povos originários e Natureza. Pois, o colonizar possuía interesses econômicos ao realizar a extração e a degradação dos recursos naturais.

<sup>17</sup> Prática religiosa, envolvendo dança e ritual, realizada pelos Xukuru do Ororubá como legitimação da identidade indígena Xukuru e conexão com os Encantados. O Toré é praticado por outros povos indígenas no Nordeste.

<sup>18</sup> O Bem Viver baseia-se na ideia da economia coletiva, solidária e no respeito aos ciclos da Natureza. O ser humano como parte integrante da Natureza e seus recursos ambientais e o cultivo agrícola como instrumento de cura, não visando apenas o valor comercial e material.

<sup>19</sup> A agricultura sagrada refere-se a prática agrícola, orientada pelos ensinamentos do Encantados, em como devem ser realizadas as atividades de cuidado, conservação e preservação com os recursos naturais no território, suas moradas.

<sup>20</sup> Termo elaborado e difundido pelo historiador Ferdinand Braudel, após a publicação, em 1956, do artigo “História e Ciências Sociais: a longa duração”.